

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.426	4.325
Clientes		12	12
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	450	1.701
Outros tributos compensáveis	5	776	542
Estoques	8	5.804	6.180
Partes relacionadas	7		832
Outros créditos	9	108	159
Total do Ativo Circulante		10.576	13.751
Não circulante			
Tributos diferidos	6	761	
Depósitos vinculados	11	1.678	1.521
		2.439	1.521
Imobilizado	11	1.507	554
		1.507	554
Total do Ativo Não circulante		3.946	2.075
TOTAL DO ATIVO		14.522	15.826
PASSIVO			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	12	2.082	1.465
Outros tributos a recolher	5	408	517
Dividendos	13		382
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	1.494	1.582
Arrendamentos e aluguéis	10	592	68
Outras contas a pagar	9	118	182
Total do Passivo Circulante		4.694	4.196
Não circulante			
Tributos diferidos	6	60	121
Provisões	15	213	105
Arrendamentos e aluguéis	10	518	43
Partes relacionadas	7		86
Outras contas a pagar	9		
Total do Passivo Não circulante		791	355
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	7.748	6.604
Reservas de lucros	16.3	3.527	4.671
Prejuízo Acumulado		(2.238)	
Total do Patrimônio líquido		9.037	11.275
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.522	15.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

TM PECÉM

	Nota	2024	2023
Receitas	17	20.287	25.430
Custo do serviço prestado a terceiros	18	(18.978)	(18.105)
Lucro bruto		1.309	7.325
Despesas e Receitas operacionais	18		
Despesas gerais e administrativas		(4.718)	(5.669)
Outras despesas e receitas operacionais		(95)	-
		(4.813)	(5.669)
Resultado das participações societárias		-	-
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		(3.504)	1.656
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		565	758
Despesas financeiras		(130)	(34)
		435	724
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		(3.069)	2.380
Tributos sobre o lucro	20		
Imposto de renda e contribuição social correntes		770	(590)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		61	(184)
		831	(774)
Resultado líquido do exercício		(2.238)	1.606
Resultado por ação atribuível aos acionistas	21		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,66538)	0,47741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado do exercício	(2.238)	1.606
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(2.238)</u></u>	<u><u>1.606</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

TM PECÉM

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.604	4.077	-	10.681
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2023		(630)		(630)
Lucro líquido do exercício			1.606	1.606
Constituição de reserva legal		80	(80)	-
Dividendos obrigatórios			(382)	(382)
Dividendos Adicionais Propostos		1.144	(1.144)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.604	4.671	-	11.275
			<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.604	4.671	-	11.275
Aumento de capital AGO de 30/04/2024	1.144	(1.144)		-
Prejuízo do Exercício			(2.238)	(2.238)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.748	3.527	(2.238)	9.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

TM PECÉM

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(3.069)	2.380
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Impostos diferidos	(751)	6
Depreciações e amortizações	326	262
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	3	31
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	104	20
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	108	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(157)	(138)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(99)	(148)
	<u>(3.535)</u>	<u>2.413</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Outros tributos compensáveis	(653)	
Estoques	376	263
Outros ativos operacionais	883	(986)
	<u>606</u>	<u>(723)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	616	(1.089)
Outros tributos a recolher	1.924	774
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(88)	146
Outros passivos operacionais	359	133
	<u>2.811</u>	<u>(36)</u>
Caixa (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais	<u>(118)</u>	<u>1.654</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(264)	(1.184)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais	<u>(382)</u>	<u>470</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(72)	(4)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	<u>(72)</u>	<u>(4)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(382)	(840)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	(63)	(311)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	<u>(445)</u>	<u>(1.151)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(899)</u>	<u>(685)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.426	4.325
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.325	5.010
	<u>(899)</u>	<u>(685)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	2024	2023
Geração do valor adicionado	23.658	29.656
Receita operacional	23.658	29.656
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(11.548)	(10.693)
Custos da energia comprada		
Encargos de uso da rede elétrica		
Materiais	(2.520)	(2.628)
Serviços de terceiros	(8.833)	(7.993)
Outros custos operacionais	(195)	(72)
Valor adicionado bruto	12.110	18.963
Retenções		
Depreciações e amortizações	(325)	(262)
Valor adicionado líquido produzido	11.785	18.701
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	595	796
Valor adicionado total a distribuir	12.380	19.497
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.560	6.808
Benefícios	3.588	3.681
FGTS	663	453
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.313	4.652
Estaduais	38	31
Municipais	1.183	1.484
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	130	34
Aluguéis	143	749
Dividendos		382
	14.618	18.274
Resultado líquido do exercício	(2.238)	1.223
	12.380	19.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Companhia ou PPTM) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 2008, com sede no município de São Gonçalo do Amarante no estado do Ceará e controlada em conjunto pela Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém) e ENEVA S.A. (ENEVA). A Companhia tem por objeto social o transporte de minérios dutoviário utilizando correia(s) transportadora(s) no Complexo Industrial Porto do Pecém, incluindo operação e manutenção de um sistema de descarregamento de granéis constituído de descarregadores e correias transportadoras, bem como a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de abril de 2025. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 22.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5); e Provisões (Nota 15).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (sale and leaseback).	16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Entre as principais alterações do CPC 09 (R1) estão: (I)A interface com a comunicação de elementos ambientais, sociais e de governança (ASG). (II)A elaboração da DVA consolidada deve evidenciar a participação dos sócios não controladores. (III)A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada.	Não há	Pronunciamento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	O Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 26/2024 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou os Pronunciamentos Técnicos CPC 32 e CPC 48. Essas alterações são redacionais e visam ajustar os pronunciamentos às normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronunciamento	01/07/2024

2.7.2 Normativos emitidos não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 incluiu os itens 8A e 8B, 19A, 57A e 57B e o Apêndice A ao CPC 02.	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	O objetivo deste Pronunciamento Técnico é orientar acerca de como incluir transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações contábeis da entidade e como converter demonstrações contábeis para moeda de apresentação.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui o CPC 26 (R1), que é a norma brasileira sobre a apresentação das demonstrações contábeis. O principal objetivo é melhorar a comunicação de informações nas demonstrações contábeis, principalmente na demonstração do resultado e nas notas explicativas.	IAS 01	Pronunciamento	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

3.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	166	3.145
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.255	1.175
Fundos de investimento	5	5
	3.260	1.180
Total	3.426	4.325

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2024 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados à taxa de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.701	-	78	264	(424)	1.619
Total Circulante	1.701	-	78	264	(424)	1.619
Circulante	1.701	-	-	-	-	450
Não circulante	-	-	-	-	-	-
Outros tributos compensáveis						
PIS e COFINS	124	559	21	-	(359)	345
IRRF sobre aplicações financeiras	19	94	-	-	(81)	32
Outros	399	-	-	-	-	399
Total Circulante	542	653	21	-	(440)	776
Circulante	542	-	-	-	-	776
Não Circulante	-	-	-	-	-	-
Passivos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	590	-	-	(590)	-
Total Circulante	-	590	-	-	(590)	-
Circulante	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-	-	-
Outros tributos a recolher						
ICMS	5	207	-	(113)	(1.728)	(1.629)
PIS e COFINS	215	2.403	-	(890)	(161)	1.567
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	72	1.061	-	(846)	-	287
Parcelamentos	-	-	-	-	(144)	(144)
Encargos com pessoal	225	2.961	-	(2.859)	-	327
Total Circulante	517	6.632	-	(4.708)	(2.033)	408
Circulante	517	-	-	-	-	408
Não Circulante	-	-	-	-	-	-

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6 Tributos diferidos

	Nota	Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS				30	20
Imposto de renda e contribuição social	6.1	-	761	30	101
		-	761	60	121

6.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais	476	-	-	-	-	(91)
Base Negativa da Contribuição Social	285	-	-	-	-	(33)
	761	-	-	-	-	(124)
Diferenças Temporárias						
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	377	38	363	34	9	(16)
Outras	152	42	226	147	61	(44)
Total diferenças temporárias	529	80	589	181	70	(60)
Total bruto	1.290	80	589	181	70	(184)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(529)	(80)	(529)	(80)	-	-
Total	761	-	60	101	-	-

6.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário conforme quadro abaixo:

2025	2026	2027	2028	2029	Total Não circulante
258	258	258	258	258	1.290

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras em conjunto (Nota 13), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relaciona- mento	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)		
			Circulante	31/12/2024	Circulante		Não circulante	Operacionais	
					31/12/2024	31/12/2023		2024	2023
Cientes									
Serviço de Operação Portuária (a)									
Porto do Pecém	Controladora em conjunto	01/11/2011 a Indeterminado					15.774	19.770	
Pecém II	Controle comum em conjunto	01/11/2011 a Indeterminado					7.884	9.885	
			-	-	-	-	23.658	29.655	
Fornecedores (Nota 12)									
Serviços prestados a terceiros (b)									
Pecém OM	Controle comum	01/11/2011 a Indeterminado		195	206		(1.026)	(1.276)	
			-	195	206	-	(1.026)	(1.276)	
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 9)									
Prestação de serviços									
Porto do Pecém	Controladora em conjunto	01/11/2011 a Indeterminado		90	86		(1.214)	(1.167)	
			-	90	86	-	(1.214)	(1.167)	
			-	285	292	-	21.418	27.212	

(a) Serviço de Operação Portuária: Os contratos são revisados anualmente, com previsão de vigência indeterminada, e possuem por objetivo a prestação de serviços de transporte de minério de carvão a granel por meio dutoviário, utilizando uma correia transportadora do complexo portuário até a usina, além do serviço de manutenção do sistema de descarregamento e operação do pátio de carvão.

(b) Serviços prestados a terceiros: o contrato é revisado anualmente, com previsão de vigência indeterminada, e tem por objetivo a prestação de serviço de saúde, segurança operacional e monitoramento dos condicionantes ambientais do transportador dutoviário.

(b) Prestação de serviços - Backoffice : o contrato tem por objeto prestações de serviços de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral.

8 Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Material de almoxarifado	5.782	6.158
Outros	22	22
	5.804	6.180

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 5.804 refere-se, principalmente, aos materiais necessários na operação e manutenção da correia transportadora utilizada no transporte de minérios entre o Complexo Portuário do Ceará e as usinas termoeletricas.

9 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos	108	159
Total	108	159
Outras contas a pagar - Passivo		
Folha de pagamento	126	176
Outros	(8)	6
Total	118	182

10 Arrendamentos e aluguéis

	Saldo em 31/12/2023		Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2024
	Maquinas e Equipamentos	Veiculos					
Máquinas e equipamentos	-	-	582			(31)	551
Veículos	68	-		(63)	33	3	41
Outros	-	-				-	-
Total Circulante	68	-	582	(63)	33	(28)	592
Não circulante							
Máquinas e equipamentos	-	-	628			(119)	509
Veículos	43	-		(33)		(1)	9
Total Não circulante	43	-	628	(33)		(120)	518
Total	111	-	1.210	(96)	33	(148)	1.110

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Maquinas e Equipamentos		Veiculos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2025	551	13,81	41	13,81
Total	551		41	
Não Circulante				
2026	-		68	13,81
Total	-		68	

11 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil dos itens, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11.1 Composição do imobilizado

	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Máquinas e equipamentos	15,06	298	(224)	74	15,06	298	(212)	86
Móveis e utensílios	6,25	17	(13)	4	6,25	17	(12)	5
Total do Imobilizado em serviço		315	(237)	78		315	(224)	91
Ativos de direito de uso (nota 11.1.1)								
Terrenos								
Edificações, obras civis e benfeitorias	35,56	904	(904)	-	35,56	904	(904)	-
Máquinas e equipamentos	33,33	1.281	(249)	1.032				
Veículos	33,33	362	(324)	38	33,33	362	(262)	100
Total Ativos de direito de uso		2.547	(1.477)	1.070		1.266	(1.166)	100
Imobilizado em curso								
Administração		359	-	359		363	-	363
Total do imobilizado em curso		359	-	359		363	-	363
Total imobilizado		3.222	(1.714)	1.507		1.944	(1.390)	554

11.1.1 Ativos de direito de uso

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos a locações variadas de estruturas e equipamentos utilizados na operação da Companhia.
- **Máquinas e Equipamentos:** refere-se ao contrato de aluguel de equipamentos utilizados pelos colaboradores para manutenção na área operacional da Companhia.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

11.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2023	Ingressos	Deprecia-ções	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	86		(12)		74
Móveis e utensílios	5		(1)		4
Total do imobilizado em serviço	91	-	(13)	-	78
Ativos de direito de uso					
Máquinas e equipamentos	-	1.281	(249)		1.032
Veículos	100		(62)		38
Total Ativos de direito de uso	100	1.281	(311)	-	1.070
Imobilizado em curso					
Outros	363			(4)	359
Total do imobilizado em curso	363		-	(4)	359
Total do imobilizado	554	1.281	(324)	(4)	1.507

Ingressos

Do montante total de R\$ 1.282 de ingressos em 31 de dezembro de 2024, refere-se a novos contratos de locação, substancialmente equipamentos para uso na manutenção operacional.

12 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 2.082 (R\$1.465 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a materiais e serviços a pagar relativos à operação da Companhia.

13 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia; (ii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iii) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 30 de abril de 2024, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 1.606. O lucro líquido foi distribuído da seguinte forma: (i) R\$80 como Reserva Legal; (ii) R\$ 382 como dividendos obrigatórios; e (iii) R\$ 1.144 como dividendos, a serem distribuídos conforme as participações societárias detidas pelos acionistas.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	31/12/2023	Proposto	Adicionais	Pagamentos	31/12/2024
ENEVA S.A.	191			(191)	-
Porto do Pecém	191			(191)	-
	382			(382)	-

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Folha de pagamento	14.1	1.294	1.350
INSS e FGTS		200	232
Total		1.494	1.582

14.1 Folha de pagamento

Refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias e provisão de participação nos lucros.

15 Provisões

	Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisões trabalhistas e Honorários êxito	213	105
Total	213	105

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

15.1 Risco de perda possível

Existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	214	638
Fiscais	-	322
	214	960

15.2 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.678 (R\$1.521 em 31 de dezembro de 2023).

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$7.748 (R\$6.604 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 4.507.684 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2024 por deliberação em Assembléia Geral Ordinária foi realizado o aumento de capital social através de dividendos no valor de R\$ 1.144, desta forma o capital social passou de R\$ 6.604 para R\$ 7.748.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
ENEVA S.A.	2.253.842	50,00	1.682.009	50,00
Porto do Pecém	2.253.842	50,00	1.682.009	50,00
Total	4.507.684	100,00	3.364.018	100,00

16.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido ajustado		-	1.606
Constituição da reserva legal - 5%	16.3	-	(80)
		-	(80)
Destinação do lucro			
Dividendos obrigatórios		-	382
Dividendo adicional proposto		-	1.144
		-	1.526

16.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de lucros			
Legal	16.2	-	644
Retenção de lucros	16.3.1	-	1.920
Dividendo adicional proposto	16.2	-	1.144
Lucros a realizar		-	963
			4.671
Total			4.671

16.3.1 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

17 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base da demonstração financeira em função da sua competência.

	2024	2023
Receita de prestação de serviços	23.658	29.656
Receita operacional bruta	23.658	29.656
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(2.188)	(2.743)
ISS	(1.183)	(1.483)
Total deduções da receita operacional	(3.371)	(4.226)
Receita	20.287	25.430

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo do serviço prestado a terceiros: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais, e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2024			2023			
		Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas e Receitas operacionais		Total	Despesas e Receitas operacionais		
			Gerais e Administrativas	Outras		Custo do serviço prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Total
Gerenciáveis								
Pessoal e Administradores		10.686	1.326		12.012	10.622	1.487	12.109
Material		2.082	356		2.438	1.022	1.606	2.628
Serviços de terceiros		5.806	2.879		8.685	5.644	2.349	7.993
Depreciação - Imobilizado em serviço	11.2	10	4		14	9	7	16
Depreciação - Ativos de direito de uso			311		311		246	246
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				95	95			-
Arrendamentos e aluguéis		376	(279)		97	750	(70)	680
Outras		18	121		139	58	44	102
Total		18.978	4.718	95	23.791	18.105	5.669	23.774

19 Resultado financeiro

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	334	424
Depósitos judiciais		144	138
Juros e multa sobre tributos	5	99	148
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(30)	(38)
Outras receitas financeiras		18	86
		<u>565</u>	<u>758</u>
Despesas financeiras			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		(13)	
Arrendamentos e aluguéis		(104)	(20)
Outras despesas financeiras		(13)	(14)
		<u>(130)</u>	<u>(34)</u>
		<u>435</u>	<u>724</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(3.069)	2.380
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>1.044</u>	<u>(809)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Outras		35
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(292)	
Outras	79	
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>831</u>	<u>(774)</u>
Alíquota efetiva	<u>27%</u>	<u>33%</u>

21 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(2.238)	1.606
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	3.364	3.364
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>(0,66538)</u>	<u>0,47741</u>

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

22.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

22.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	3.255	1.180	3.255	1.180
			<u>3.255</u>	<u>1.180</u>	<u>3.255</u>	<u>1.180</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	171	3.145	171	3.145
Clientes		Nível 2	12	12	12	12
			<u>183</u>	<u>3.157</u>	<u>183</u>	<u>3.157</u>
			<u>3.438</u>	<u>4.337</u>	<u>3.438</u>	<u>4.337</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores	12	Nível 2	2.018	1.465	2.081	1.465
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	7	Nível 2		86		86
Arrendamentos e aluguéis	10	Nível 2	1.163	114	1.109	111
			<u>3.181</u>	<u>1.665</u>	<u>3.190</u>	<u>1.662</u>
			<u>3.181</u>	<u>1.665</u>	<u>3.190</u>	<u>1.662</u>

22.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

22.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

22.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o Arrendamento e aluguéis difere do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

22.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

22.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

22.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo de exposição	Aging cenário provável					
			Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) risco em 25%	Cenário (III) risco em 50%	Cenário (IV) risco em 25%	Cenário (V) risco em 50%
Aplicação financeira - CDB		3.255	480	480	120	240	(120)	(240)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.255	480	480	120	240	(120)	(240)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia.

22.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos Financeiros	31/12/2024				31/12/2023	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Fornecedores		2.082			2.082	1.465
Arrendamentos e aluguéis	46	137	368	558	1.109	111
	2.128	137	368	558	3.191	1.576

22.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Clientes

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo, uma vez que a totalidade das transações da Companhia são realizadas com suas controladoras em conjunto.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

23 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações		
Usinas		
Linhas de Transmissão		
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)		
Responsabilidade civil		50.000
Transportes (materiais)		
Transportes (veículos)		
Seguro de vida	8.177	(*)
Lucros cessantes		
Risco de engenharia		

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$ 731 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil geral, estendida por Porto do Pecém e por Pecém II, com o limite de R\$ 50.000.

* * *		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Alexandre Americano Holanda e Silva Conselheiro	Vilmar Carneiro Barbosa Presidente	Carlos Eduardo Gonzalez Baldi Conselheiro
Thiago Freitas Conselheiro		Renato Cintra Conselheiro
DIRETORIA ESTATUTÁRIA		
Renan Felix Diretor-Presidente		James Petini Cambuhy Diretor de Operação
CONTABILIDADE		
	Francisca Mônica dos Santos Gomes Contadora - CRC-CE 10.182/0-0	